



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº TRF2-ETP-2023/00165

01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

1.1 - A assistência à saúde dos magistrados e dos servidores, ativos ou inativos, e de sua família, compreendendo a assistência médica, hospitalar e psicológica, é necessidade básica e atende às prescrições do artigo 230 da Lei nº 8.112/90, bem como à Política de Atenção Integral à Saúde, estatuída na Resolução nº 207, de 15 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça para o Poder Judiciário.

1.2 - Manter hígida a força de trabalho, com prestação de serviços médico-hospitalares, é essencial para qualidade de vida e bem estar e possibilita aos magistrados e servidores a manutenção de um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo.

1.3 - Esta contratação substitui a anterior e visa a proporcionar a assistência médica complementar aos magistrados e servidores, ativos e inativos, e aos seus respectivos dependentes, agregados e pensionistas, de modo a possibilitar o acesso a plano/seguro coletivo empresarial de assistência à saúde em melhores condições de qualidade e preços do que os disponíveis no mercado de modo geral.

02. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

2.1 - Esta despesa está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sob o ID BC37.

03. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 - O plano/seguro-saúde deverá ser prestado de forma contínua, abranger todo o território nacional e englobar os segmentos ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com as exigências mínimas estabelecidas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do artigo 12 da Lei nº 9.656/98, com as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS/MS), para execução, de forma indireta e contínua, de serviço de assistência médica complementar.

3.2 - Deverá o produto preencher os seguintes requisitos:

3.2.1 - Estar devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar, em plenas condições de imediata utilização e possuir capacidade para albergar aproximadamente 16.882 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e duas) vidas, distribuídas entre titulares, dependentes e agregados vinculados ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região e às Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, bem como atender às especificidades postas no Termo de Referência que diferenciem o produto dos demais em atividade no mercado;

3.2.2 - Sem prejuízo da rede credenciada de hospitais prevista no Termo de Referência, abranger todo o território nacional, com rede credenciada distribuída inclusive no Distrito Federal - em Brasília, bem como pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, onde existam Varas/Juizados Especiais Federais instalados, a saber:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

a) no Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Magé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro (em diversos endereços), São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro d'Aldeia, Teresópolis, Três Rios e Volta Redonda;

b) no Estado do Espírito Santo: Vitória, Cachoeira de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus e Serra;

3.3 - Os prestadores de serviços que deverão estar diretamente ligados ao complexo empresarial da empresa fornecedora do produto a ser licitado, contando com o credenciamento de pelo menos:

a) 2.000 (dois mil) médicos, em nível nacional, credenciados, sendo no mínimo 1.000 (mil) no Estado do Rio de Janeiro, 300 (trezentos) no Estado do Espírito Santo e 300 (trezentos) no Distrito Federal, razoavelmente distribuídos e com representatividade nas diversas especialidades;

b) 100 (cem) estabelecimentos (hospitais, clínicas e centros médicos) credenciados ou próprios no Estado do Rio de Janeiro, 40 (quarenta) no Estado do Espírito Santo e 30 (trinta) no Distrito Federal;

c) 100 (cem) postos de coleta de laboratórios de análises clínicas, credenciados ou próprios, sendo obrigatoriamente de mais de uma pessoa jurídica, estando, no mínimo 50 (cinquenta) deles localizados no Estado do Rio de Janeiro, 20 (vinte) no Estado do Espírito Santo, incluindo as cidades do interior de ambos os Estados, e 20 (vinte) no Distrito Federal;

d) 1.500 (um mil e quinhentos) estabelecimentos (hospitais, clínicas e centros médicos) credenciados ou próprios no território nacional, devendo possuir representatividade em outras Unidades da Federação, sendo, no mínimo, em 07 (sete) Capitais além do Rio de Janeiro e Vitória, dentre as quais, obrigatoriamente, o Distrito Federal.

3.4 - Apesar da vasta rede credenciada, deverá comportar a livre opção do usuário por prestadores de serviços médicos fora da rede de credenciados, com direito a reembolso;

3.5 - Conter 5 (cinco) categorias: Plano Básico I, Plano Básico II, Plano Superior, Plano Executivo e Plano Sênior;

3.6 - ter capacidade para instalar 1 (um) posto de atendimento, com terminal *online*, no prédio sede do Tribunal e nas Seções Judiciárias do RJ e do ES, com pelo menos 1 (um) profissional em cada, para orientações, autorizações de exames, protocolização de solicitações de reembolso, resolução de problemas apresentados pelos beneficiários, recebimento de documentos encaminhados pelo TRF2 à Empresa Contratada.

04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1 - O plano/seguro-saúde deverá conter 5 categorias para escolha do beneficiário (Plano Básico I, Plano Básico II, Plano Superior, Plano Executivo e Plano Sênior) e comportar aproximadamente 16.882 vidas, distribuídas pelos grupos A e B, do seguinte modo:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4.1.1 Estima-se um total global de **16.882** (dezesesseis mil, oitocentas e oitenta e duas) vidas de possíveis beneficiários, distribuídas entre os **GRUPOS A e B**, conforme tabela abaixo:

Faixa Etária	TRF	SJRJ	SJES	Nº Mulheres	Nº Homens	Total
0-18	877	1801	500	1555	1623	3178
19-23	360	551	100	507	504	1011
24-28	372	462	95	506	423	929
29-33	455	574	148	591	586	1177
34-38	415	692	170	692	585	1277
39-43	400	783	239	763	659	1422
44-48	338	766	214	754	564	1318
49-53	423	877	179	789	690	1479
54-58	662	747	169	792	786	1578
acima 59	908	2156	449	1946	1567	3513
Total	5210	9409	2263	8895	7987	16882

4.1.2 - As tabelas que seguem são um desmembramento da constante do item anterior, contando a primeira com aproximadamente **13.539** (treze mil, quinhentos e trinta e nove) **possíveis beneficiários relativos ao GRUPO A** (magistrados, servidores e dependentes), e a segunda com estimados **3343** (três mil, trezentos e quarenta e três) possíveis beneficiários relativos ao **GRUPO B** (agregados), distribuídos por faixa etária e gênero, entre os três Órgãos da Justiça Federal da 2ª Região, conforme tabela abaixo:

a) GRUPO A (magistrados, servidores e dependentes):

--	--	--	--	--	--	--

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

Faixa Etária	TRF	SJRJ	SJES	Nº Mulheres	Nº Homens	Total
0-18	839	1752	500	1515	1576	3091
19-23	186	264	63	256	257	513
24-28	66	34	5	78	27	105
29-33	228	221	58	278	229	507
34-38	280	535	102	505	412	917
39-43	329	734	190	688	565	1253
44-48	338	766	214	754	564	1318
49-53	421	876	178	785	690	1475
54-58	657	741	169	783	784	1567
acima 59	700	1801	292	1445	1348	2793
Total	4044	7724	1771	7087	6452	13539

b) GRUPO B (agregados):

Faixa Etária	TRF	SJRJ	SJES	Nº de Mulheres	Nº de Homens	Total
0-18	38	49	0	40	47	87
19-23	174	287	37	251	247	498
24-28	306	428	90	428	396	824

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

29-33	227	353	90	313	357	670
34-38	135	157	68	187	173	360
39-43	71	49	49	75	94	169
44-48	0	0	0	0	0	0
49-53	2	1	1	4	0	4
54-58	5	6	0	9	2	11
acima 59	208	355	157	501	219	720
Total	1166	1685	492	1808	1535	3343

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 - Foram realizados levantamentos junto a outros Órgãos sobre os tipos de assistência à saúde fornecidos à sua força de trabalho.

5.2 - Verificaram-se contratações de serviço de plano/seguro-saúde através de Operadoras de renome no mercado, além do sistema de autogestão.

5.3 - Para a implantação do sistema de autogestão, é necessário enorme esforço da Administração, dispêndio de recursos financeiros e tecnológicos, de tempo e de pessoal, desenvolvimento de competências, bem como organização de estrutura interna e externa para acolhimento de toda a população de assistidos vinculados ao Tribunal e às Seções Judiciárias. E, ainda assim, não elimina a possibilidade de contratação, pelos usuários, de planos de saúde oferecidos pelo mercado, nem de oferecimento de algum deles pelo próprio órgão, a fim de suprir eventuais fragilidades no produto autogerido.

5.4 - A contratação de serviço de plano ou seguro para assistência à saúde através de empresa afigura-se a mais simples e vantajosa, ao menos para o momento, eis que as empresas atuantes na área possuem a expertise necessária para prestação desse tipo de serviço, eliminando o risco de ineficácia produzido por qualquer outra alternativa.

5.5 - A possibilidade de ter um novo contrato a partir do término do que está em vigor garante a assistência médica ininterrupta e contínua aos integrantes do grupo de inscritos no seguro-saúde da Justiça Federal da 2ª Região, incluindo a disponibilidade de massiva rede credenciada para atendimentos eletivos, emergência e urgência, e ainda com o desenvolvimento tecnológico necessário, com o uso de aplicativos de internet, e por isso apontam para a contratação do serviço como a melhor solução para a demanda.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

6.1 – O orçamento prévio relativo à presente contratação consta da planilha indicada no campo anexo do Termo de Referência.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

7.1 - A solução escolhida é a contratação da prestação do serviço de plano /seguro-saúde, através de empresa operadora de plano/seguro-saúde, que já possua experiência na mercado para atendimento a todo o quantitativo de possíveis vidas da Segunda Região.

7.2 - A contratação se mostra vantajosa porque garantirá a assistência à saúde 24 horas, através de rede credenciada de qualidade em todo o território nacional, mas principalmente no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, e a preços mais acessíveis do que os praticados para os planos de saúde comerciais.

7.3 - A criação de um produto adequado inclusive ao perfil epidemiológico do grupo acarreta mais segurança e qualidade de vida ao usuário e consequentemente diminuição do absenteísmo ao trabalho.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

8.1 - Não se mostra vantajoso o parcelamento da contratação, considerando a necessidade de manter o mesmo padrão de atendimento a todos os beneficiários.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

9.1 - Como resultados pretendidos, vislumbra-se:

9.1.2 - a economia na contratação - tanto para o TRF2, quanto para os beneficiários, decorrente do menor preço global e checagens para controle de qualidade da prestação da serviço;

9.1.3 - contribuir para a efetivação das políticas de gestão de saúde determinadas pelos Órgãos governamentais de controle, inclusive em observância à Política de Atenção Integral à Saúde instituída pela Resolução nº 207/2015, do Conselho Nacional de Justiça, bem como as implantadas pelo Tribunal em seu âmbito de abrangência e de acordo com as suas necessidades, considerando o perfil epidemiológico da sua força de trabalho;

9.1.4 - a manutenção da qualidade de vida, através da satisfação, tranquilidade, segurança e bem estar dos magistrados e servidores participantes da apólice, o que se refletirá em menor percentual de absenteísmo ao trabalho e no aumento da produtividade;

9.1.5 - tranquilidade e segurança aos titulares decorrentes da proteção dada à sua família (dependentes e agregados), inscrita no plano/seguro-saúde.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 -É recomendável que a Administração considere as seguintes providências:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

10.1.1 - checar rigorosamente a conformidade da rede de credenciados oferecida pela empresa com as exigências postas no Termo de Referência relativas ao produto;

10.1.2 - providenciar espaço físico para instalação dos postos de atendimento da empresa no prédio sede do Tribunal e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme previsão no Termo de Referência;

10.1.3 - manter setor com atribuição específica e estrutura para realizar a gestão - não só do contrato de plano/seguro-saúde, mas da pasta relativa à matéria e suas implicações, para:

a) acolhimento dos beneficiários;

b) relacionamento direto com a empresa contratada e intermediação entre o Tribunal e a empresa;

c) controle de eventuais demandas apresentadas pelos inscritos, a fim de resolvê-las em consonância com o respectivo arcabouço jurídico, na tentativa de evitar a judicialização;

d) acompanhamento de leis e normas administrativas vigentes ou que venham a ser expedidas pelos Órgãos governamentais de controle sobre a matéria, inclusive as decisões emanadas do Poder Judiciário;

e) conferência e atesto das faturas;

f) gerar dados estatísticos para estudo e implantação de medidas tendentes a maior eficiência na prestação do serviço;

g) análise e implantação de medidas com vistas ao controle da sinistralidade;

h) e outras diversas atribuições que já são desenvolvidas ou que venham a ser necessárias para o regular e eficiente desempenho da execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1 - O objeto não guarda correlação ou interdependência com outros da programação ou de contratações em andamento.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS:

12.1 - Pretende-se que a contratação do serviço possibilite proteção, segurança, tranquilidade e manutenção da qualidade de vida, saúde e bem estar dos magistrado e servidores inscritos, e também dos seus respectivos grupos familiares, podendo ocasionar redução nos índices de absenteísmo, aumento da produtividade, melhora da saúde mental e física para o eficiente exercício da vida laboral, influenciando diretamente no ambiente de trabalho.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

13.1 - Com base neste estudo, concluímos pela viabilidade da contratação pleiteada, sendo imprescindível e perfeitamente adequada à força de trabalho da Justiça Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo), uma vez que possibilita nova

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

contração sem que haja interrupção da assistência médica, e principalmente segurança, manutenção da qualidade de vida, saúde física e mental e bem estar dos magistrados, servidores e seus respectivos dependentes e agregados, através do acesso à rede credenciada capaz de absorver a demanda de todo o grupo de possíveis beneficiários, com valores acessíveis.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2023.

REGINA DA LUZ REIS DOS SANTOS SERICO
Coordenador(a)
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SAÚDE

FELIPE SOEIRO TEIXEIRA
Diretor(a) de Divisão
DIVISÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE

TATIANA KOWARSKI LARCHER DO COUTO
Supervisor(a)
SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E SUPORTE ADMINISTRATIVO